

Elos da memória: passado e presente, cemitério e sociedade

Links of memory:

past and presente, cemetery and society

Renata de Souza Nogueira

Graduação em arquitetura e urbanismo, UGF;

Especialização em gestão e preservação do patrimônio cultural das ciências e da saúde, FIOCRUZ;

Mestranda em memória social, linha de pesquisa memória e patrimônio, UNIRIO.

RESUMO

Os cemitérios tradicionais começaram a surgir no Brasil em meados do século XIX devido à necessidade de um espaço salubre que resguardasse os restos mortais dos vivos nas cidades urbanas. A partir da adoção deste espaço pela população, houve início uma prática de reprodução simbólica do universo sócio-cultural no qual estes espaços estão inseridos. Entendidos como lugares de memória no tempo contemporâneo, este estudo pretende abordar o espaço cemiterial como patrimônio cultural da cidade, detentor de valores memoriais, materiais e imateriais, questionando e problematizando os fenômenos ocorridos intramuros.

Palavras-chave: Cemitério. Memória. Patrimônio.

ABSTRACT

The traditional cemeteries began to appear in Brazil in the mid-nineteenth century due to the need for a wholesome place to separate the remains from those of the living in urban cities. With the adoption of such space by the population, there began an early practice of symbolic reproduction of the social and cultural context into which these spaces are inserted. Understanding them as places of memory in contemporary times, this study aims to address the graveyard space as cultural heritage of the city, holder of material and immaterial memorial values, questioning and studying the phenomena occurring within them.

Key words: Cemetery, memory, cultural heritage.

Introdução

A ocultação de cadáveres com a finalidade de proteção dos vivos da decomposição de corpos mortos é uma das primeiras práticas socioculturais adotadas pelos humanos. Seja pela inumação, pela cremação ou pelo embalsamento, entre outros procedimentos, o corpo morto é o elemento central que orienta práticas e ritos funerários da sociedade, sendo este um dos primeiros registros e testemunhos de sua história.

A partir da década de 1850, os cemitérios tradicionais começaram a surgir no Brasil, iniciando uma prática de reprodução simbólica do universo sociocultural em que estamos inseridos. É possível enxergar nessa prática um determinismo na existência da relação entre a morte, ou o morto, e a memória. Essas imagens produzidas a partir das lembranças remanescentes garantirão a perpetuação do morto, visto que, apesar de a morte remeter a um *não ser*, esta poderá existir eternamente na memória dos vivos.

No século XIX, com a modernização das cidades - orientadas principalmente pela racionalização -, a crença na morte e o culto ao morto, entendidos inicialmente como fenômenos naturais do ritual de passagem, foram sendo gradativamente substituída por sentimentos de *imortalidade subjetiva da alma*¹, nas quais se cultua a memória por intermédio do legado, tornando os cemitérios um local onde o homem expõe sua mortalidade, porém, sem abandonar completamente sua imortalidade.

Os cemitérios, neste contexto, podem ser compreendidos como o espaço onde se recusa esquecer, sendo este um desejo do homem vivo: o homem não quer ser esquecido depois de morto e, por isso, “constrói” espaços determinados à sua perpetuação. A construção desses espaços exige o diálogo com as diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas na busca de traduzir uma experiência e as relações com a cultura na qual se insere a vida *post-mortem*, onde vivos e mortos dialogam a partir da carência dos primeiros e da herança dos últimos. O indivíduo, apesar de sua existência temporária, pode após a morte, ser reverenciado e cultuado na memória ou na recordação de grupos específicos ou da sociedade como um todo.

Apesar de a memória ser processada internamente, esta necessita de um espaço físico para ser ativada e estimulada, pois a mesma não se projeta no vazio (HALBWACHS, 1990). Nesse sentido, lugares construídos concretamente, onde se realizam passagens históricas, eventos e práticas do dia a dia, representações visuais, como fotos e construções, ou não visuais, como orações e festejos, podem vir a ser possíveis referenciais de espaço para a projeção da memória. Nesse contexto, a ideia desenvolvida por Nora em seu estudo sobre a problemática dos lugares (NORA, 1993), no qual afirma que não existe mais memória, é essencial para o entendimento desses campos como locais que nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, e, por isso, há a necessidade de criação dos lugares de memória.

Lugares de memória como os cemitérios configuram-se essencialmente ao serem espaços onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar lembranças, sendo um tradicional meio de acesso a elas. Sendo esse estudo um dos pontos de partida da pesquisa, pode-se dizer que os cemitérios se configuram como lugares de memória para um grupo social específico, uma vez que têm, no simbolismo atribuído ao conjunto de lápides e túmulos inseridos em um espaço murado, a concepção de que este é um espaço que guarda a memória (coletiva) que precisa de um suporte exterior para sua preservação, e, portanto, a contínua renovação de um sentimento que identifica a sociedade com um passado comum ancorado naquelas construções.

Sendo assim, na discussão aqui empreendida, abordar-se a relação do espaço da memória, sendo um cemitério apresentado como representação instituída deste espaço, e seus registros como a memória deste lugar.

O espaço e os limites da memória

Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca (HALBWACHS, 1990:143).

A possibilidade de recuperar a memória através dos lugares de memória e de artefatos que os rodeiam causam sensações de segurança e estabilidade, com a liberdade de se transitar no universo das lembranças, assegurando um sentimento de identidade com as próprias raízes. Lugares de memória como cemitérios podem aflorar estes sentimentos quando se compreende o desejo de permanência e a memória dos diversos grupos sociais imbricadas nos materiais iconográficos e epigráficos que constituem a mobília funerária e seu espaço. Tanto memórias individuais quanto memórias coletivas têm nesses lugares um importante marco referencial para sua construção, ainda que isso não seja condição para sua preservação. O espaço que habitam e as relações que constroem com tais lugares é um marco referencial para a memória dos grupos.

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares

de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela (POLLACK, 1992:2-3).

Porém, segundo Nora, a passagem de vivências de experiências pessoais e coletivas perdeu-se ao longo do tempo, até desaparecer do cenário atual.

Aceleração: o fenômeno que acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira [...], aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança (NORA, 1993:8).

O que entende-se de imediato desse fenômeno de aceleração seria a perda característica do indivíduo; por isso o autor aponta a necessidade de criação dos lugares onde estaria “presente” a memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Idem, 1993:13).

A criação ou a existência dos lugares de memória, de acordo com Nora, são necessárias devido à constante aceleração da vida diária, com a lembrança da necessidade de se retomar a história do indivíduo e do coletivo, tendo como objetivo a reestruturação do presente. Nora ainda alerta sobre o fato de que a desatenção causada por tal aceleração pode induzir ao esquecimento até os espaços da memória: A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (Ibid., 1993).

Os lugares de memória são espaços significativos dentro da cidade, sejam materiais ou imateriais, que perpassam por várias gerações, abarcando memórias e identidades coletivas. E espaços como os cemitérios, cemitérios como lugares de memória, caracterizam-se pela forte carga de emoção e simbolismo, fincados nos costumes sociais e culturais que se transformam de acordo com suas tradições e seus usos. Lugares de memória são alicerces da memória coletiva que podem se apresentar sob a forma de diversos locais, artefatos ou manifestações coletivas, explicitando a diversidade do sentido da memória e dos lugares de memória.

Lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares

funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história (LE GOFF, 1990:473).

Lugares de memória por excelência

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa (POLLACK, 1992:4).

Nos cemitérios tradicionais, aqueles que contêm construções funerárias, signos e dizeres, entre outras características, é perceptível a articulação de duas dimensões diferentes: uma visível, caracterizada pelas construções soerguidas sobre o solo, e uma invisível, situada sob a terra. A parte visível, ou seja, os túmulos, tem como função encobrir o corpo jacente, transmitindo às gerações seguintes signos capazes de individualizar a representação do finado. Eternizada pela necessidade de contrariar o esquecimento, a memória do morto, representada por esse simbolismo, dá validade à mesma ação que provoca o esquecimento, ou seja, a morte. Exemplifica-se, assim, a interseção dos mundos mencionados anteriormente.

Túmulos podem ser entendidos como a materialização da casa, passando a ser um espaço, uma construção mergulhada em identidade na visão das gerações que sucedem àquele que ali está. Todos esses simbolismos farão da necrópole uma cidade dos vivos (RODRIGUES, 1995). Com os túmulos, as decorações e as mensagens escritas, percebe-se, nos cemitérios tradicionais, a tradução da iconografia adequada à ritualização de novos imaginários. A disposição geográfica das necrópoles, que, em grande parte, prioriza jazigos de famílias abastadas, relega os espaços de mais difíceis acessos a famílias menos favorecidas. Para que o trabalho simbólico desses cemitérios correspondesse às expectativas descritas, a materialização dos signos exigiu a construção de monumentos buscando a fixação do cadáver, passando a ser inequívoca a identificação do ausente.

Utilizando-se do discurso antropológico, o monumento funerário constitui tanto a manifestação da consciência de que o homem é um ser para a morte com direito de afirmação à memória, como a simbologia funerária em sua significação monumental. Assim, os túmulos são uma forma de assegurar a imortalidade.

Toda memória é simbólica, ou seja, opera mediante metáforas que exprimem um estado de espírito. Palco de memórias construídas e memórias vividas, os cemitérios são lugares de memória, por excelência, visto que as lembranças sugeridas pelos símbolos e pelas construções não privilegiam somente a ordem do saber, como é típico das instituições de memória tradicionais, mas a ordem dos sentimentos e das intenções cívico-educativas (LE GOFF, 1990).

Considerando esse ponto de vista, ao contrário do que ocorre com peças museológicas, os símbolos cemiteriais não são dissociáveis da estrutura em que se encontram. Em outras palavras, o lugar e o signo completam-se de tal forma que são entendidos como coextensivos, parecendo natural a relação entre objeto, significado e referência (o morto).

A visita periódica ao cemitério, seja no Dia de Finados ou no aniversário de nascimento ou morte do finado, demonstra uma relevante expressão pública ao recolhimento e ao silêncio, ainda que tal costume tenha um caráter comemorativo e celebrativo, comprovado pela peregrinação ou romarias que se sucedem àqueles que já se foram. A evocação à memória do morto é um modo de reconhecimento, ou seja, uma prática de legitimação que apela para as autoridades dos mortos. A ideia de celebração é herdeira não apenas da solenidade da cerimônia de menção e elogio de um nome mas de um ritual eficaz de lembrança à memória dos mortos e ao destino dos vivos.

Essa visita é um ritual repetitivo, no qual é possível verificar a vertente capital da celebração, pois esta será sempre a celebração da celebração, que, gradualmente, se transforma em tradição. Nessas visitas repetem-se comportamentos como o depósito de flores e velas e a reza de orações, sendo a materialização em sua quase totalidade, pública e coletiva, o que incita a memória do morto e reforça os laços dos vivos. A memória resgata pelo ritual de visitação, comemoração e celebração tem funções pragmáticas, identificadas nas intenções de, em nome de uma herança comum tanto espiritual quanto material, integrar os indivíduos em conjuntos identitários, distinguindo-os em relação aos outros, mas exigindo, igualmente, em nome da continuidade do grupo, deveres e demonstrações de fidelidade.

Nesse sentido, os cemitérios podem ser compreendidos como um familistério² dos mortos, pois, na visão profana, entende-se o culto como um ritual familiar, que não só celebra a família como está imerso em uma carga simbólica familiar quando reforça laços de parentescos, resgatando o sentimento de pertencimento e tornando os monumentos funerários elos de transmissão.

Porém, faz sentido “analisar” que, quando questões memoriais rodeiam o círculo familiar, elas parecem não possuir as mesmas características das celebrações coletivas, pois se apresentam de forma silenciosa, restritiva e singela. Mas, assim como no ato celebrativo, tais questões também se concretizam como um grande deslocamento simbólico por meio do qual um grupo assegura sua identidade, voltando-se para o passado, que, num momento específico, considera definidora de sua continuidade.

Se, no ritual de centralização unicamente familiar, o culto é mais cálido e instintivo, as peregrinações e a comemoração marcadas por uma intenção prioritariamente coletiva e pública suscitam a existência de organização, coordenação e

signos com significados sociais, buscando lembrar o esquecido com expressões que relembram e enaltecem (DECHAUX, 1997).

Ademais, a memória dos mortos também pode ser elaborada a partir do presente, com um enquadramento particular escolhido a partir de perspectivas adotadas pelos devotos, como no caso dos santos populares. Tal memória confere uma existência impar ao ausente em um novo registro e uma narrativa inédita à história do lugar. Por meio dessa narrativa, são adquiridos sentidos extraordinários, com os quais os próprios devotos se inserem na história, concorrendo com as narrativas oficiais ou institucionalizadas. Essa memória é composta por frações de diversas outras narrativas (históricas, poéticas, populares, entre outros).

Em outro plano ritual, quando se trata da religiosidade cristã, mormente as crenças sobre o destino das almas dos mortos, tais devotos constroem para si uma posição relativa à “santidade” conferida aos mortos, mas sem a preocupação ontológica em definir os discursos sobre esse fenômeno.

O culto aos mortos, como todo ato característico de memória, é um diálogo imaginário do “indivíduo” consigo próprio, feito com o espírito e com o coração, buscando materializar o ausente. Consequentemente, se, da perspectiva ritualística, sua percepção, como todo ritual, indica algo da esfera das intenções, sua aceção é, porém, irreduzível à pura racionalidade. Como não há a preocupação em se constituir uma memória-saber, evocar será lembrar e celebrar, e o cemitério será um espaço público e de confraria, microcosmo da cidade em que está inserido, e local de demonstrações de afetividades, com produções e reproduções de memória, de ficções e de civilidades.

Considerações finais

O conceito de lugares de memória é extremamente abrangente, mas, para esta discussão, optou-se pela fidelidade às ideias de Nora, apropriando-se de sua obra com cautela e atenção. Não é possível, no entanto, pensar em qualquer conceito como uma fórmula matemática, exata e, muito menos, como algo imutável. Entende-se que o conceito é atual e compatível com a crescente necessidade de memória em que se vive.

Tal necessidade, no território nacional, vem se tornando acessível a todos, embasada pela Constituição Federal de 1988, que determina:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988:artigo216).

A partir disso podemos considerar os singelos espaços do cotidiano como peculiares a grupos específicos. Quando se assumiu que a nação brasileira era constituída por diferentes grupos, eliminou-se a prevalência de símbolos nacionais grandiosos, superando a ideia de uma única identidade nacional.

Considerando a diversidade nacional, é possível declarar a existência de muitos lugares de memória no Brasil, incluindo os cemitérios tradicionais. Levando em conta as análises apresentadas desse espaço, foi possível identificar que, somadas ao ambiente construído, existem, por exemplo, atividades do cotidiano, atividades comemorativas, práticas ritualísticas e uma diversa gama de simbolismos. Os cemitérios surgem das vivências e necessidades da sociedade, e não como desígnio da história. São espaços ritualísticos que constituem um jogo de memória e história.

Cemitérios são alguns dos tantos patrimônios culturais que contribuem para a constituição das identidades. Qualquer prática social implica que os sujeitos tratem os outros sujeitos e a si mesmos de modo peculiar. Ter noção de quem são os sujeitos para si mesmos e quem é cada um para os outros é essencial à natureza de qualquer prática social. É, ao mesmo tempo, aprender o que significa ser um indivíduo participante, quais as regras e os papéis de cada indivíduo no grupo.

Devemos enterrar nossos mortos sob a pena de no dia da nossa morte não sermos velados ou sepultados por alguém e permanecermos esquecidos até mesmo no dia dos mortos. Não serão eles que cobrarão tal dívida no futuro, mas sim os vivos que nos cercam. Esse é o sentido quando a sociedade reproduz sua própria estrutura num campo delimitado, buscando permitir a continuidade de seus costumes, e a integração entre indivíduos.

É isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993:16).

NOTAS

¹ Ver Augusto Comte e a filosofia positivista.

² Nome dado por Jean-Baptiste Godin às construções para habitação; Lugar de reunião de famílias, construído segundo o modelo de falanstério de Charles Fourier.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria das Graças. *Pequenas romarias para pequenos santos: um estudo sociográfico sobre o dia de finados*. Belo Horizonte: Dissertação mestrado PUC/MG, 2009.

ARÉVALO, Márcia. *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. Mariana: I Encontro Memorial do ICHS, 2004.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: 1988.

DECHAUX, J. *Le souvenir dès morts. Essai sur lê lien de filiations*. Paris: PUF, 1997.

ENDERS, Armelle. *Le lieux de memóire, dez anos depois*. Rio de Janeiro: Estudos históricos, vol.6, n.11, p.128-137. Disponível em: <www.cipedya.com/web/Download.aspx?IDFile=176322>. Acesso em: 29 de junho de 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. São Paulo: Unicamp, 1990.

MOTTA, Antônio. *Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas*. Porto Alegre: Horizontes antropológicos, vol.16, n.33, 2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC/SP, n.10, 1993.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, vol.10. São Paulo: FGV, 1992.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultural, 1995.

